

ATA Nº 57
09-12-2015

SB
H
M
P
J
Z

Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente, João Manuel Casaca Português, realizou-se a quinquagésima sétima reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores João Manuel Marques Cruz Nobre, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Margarida Caeiro Vasco e Sandra Maria Guerreiro Braz. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Divisão de Gestão Municipal, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

Não se registaram intervenções. -----

BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2015: € 515 343,17. -----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS. -----

1. PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 12/2015, CUJO ARGUIDO É A SR.ª VERA CRISTINA BONITO BEIÇUDO. RETIFICAÇÃO. - -----

Foi presente à Câmara, para retificação, a deliberação referente ao processo de Contra-ordenação n.º 12/2015, onde a instrutora recomenda o arquivamento do processo por não ter sido feita prova bastante de que foi o arguido que praticou a infracção -----

Assim, onde se lê: "A Câmara por unanimidade, aplicando por analogia as normas de direito penal, nomeadamente o princípio do *"in dubio pro reo"*, propõe, a quem de direito, o arquivamento do processo", deverá ler-se: -----

"A Câmara, por unanimidade, com base na informação da instrutora do processo, delibera arquivar o presente processo de contraordenação por não se considerar provada a infração participada por não preenchimento do tipo legal". -----

A Câmara, por unanimidade, delibera retificar a deliberação tomada em reunião do Executivo de 25 de novembro de 2015, procedendo à correção de acordo com a nova redação apresentada pela instrutora do processo. -----

2 – PARÓQUIA DE SÃO VICENTE – REALIZAÇÃO DE NOITE DE FADOS NO DIA 29 DE NOVEMBRO – CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MULTIUSOS E RESPETIVA ISENÇÃO DE TAXAS.

Foi presente à Câmara requerimento apresentado pela Paróquia de São Vicente com a

pretensão de realizar uma noite de fados, no dia 28 de novembro entre as 21h30m e as 02h, visando a angariação de fundos para a realização da festa anual. No requerimento é solicitado a cedência do Pavilhão Multiusos assim como a isenção da respetiva taxa. Por não ter sido possível reunir a câmara em tempo útil o Sr. Presidente da Câmara proferiu despacho de deferimento que agora precisa ser ratificado. -----

Nestes termos, a Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, delibera ratificar o despacho do Presidente da Câmara que deferiu a cedência do espaço para o evento, assim como a isenção das respetivas taxas. -----

3 – PARÓQUIA DE SÃO VICENTE – REALIZAÇÃO DE NOITE DE FADOS NO DIA 29 DE NOVEMBRO – EMISSÃO DE LICENÇA DE RUÍDO E RESPETIVA ISENÇÃO DE TAXAS. -----

Foi presente à Câmara requerimento apresentado pela Paróquia de São Vicente com a pretensão de realizar uma noite de fados, no dia 28 de novembro entre as 21h30m e as 02h, visando a angariação de fundos para a realização da festa anual. No requerimento é solicitado a emissão da licença de ruído assim como a isenção da respetiva taxa. Por não ter sido possível reunir a câmara em tempo útil o Sr. Presidente da Câmara proferiu despacho de deferimento que agora precisa ser ratificado.-----

Nestes termos, a Câmara, por unanimidade, e de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, delibera ratificar o despacho do Presidente da Câmara que deferiu a emissão da licença da ruído para o evento, assim como a isenção das respetivas taxas. -----

4 – COMISSÃO DE FESTAS DA FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE CUBA.-----

Vem a comissão de festas da paróquia de São Vicente solicitar a cedência para exploração a título gratuito do bar do Centro Cultural de Cuba, no próximo dia 17 de dezembro de 2015, por ocasião da Festa de Natal do Agrupamento das Escolas de Cuba com o intuito de angariar receitas para a festa anual. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 230/2015 da Subunidade Administrativa, delibera ceder à Comissão de Festas da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Cuba o Bar do Centro Cultural de Cuba, a título gratuito, para o fim pretendido. -----

5 – CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DAS AUTARQUIAS LOCAIS - A PUBLICAÇÃO E ENTRADA EM VIGOR DA PORTARIA N.º 149/2015, DE 26 DE MAIO, QUE REGULAMENTA OS TERMOS E A TRAMITAÇÃO DO PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL PREVISTO NO ART.º 6.º DO DECRETO-LEI N.º 209/2009, DE 03 DE SETEMBRO - METODOLOGIA A UTILIZAR NO ANO ECONÓMICO E CIVIL DE 2016. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 57/2015, do Chefe da DGM, onde é suscitada a necessidade de emissão de parecer genérico para a aquisição de serviços no ano de 2016, em conformidade com a legislação em vigor. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera: -----
- A exemplo do sucedido no ano de 2015, ao abrigo do n.º 3 do art.º 4.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, autorizar no ano económico e civil de 2016 o Presidente da Câmara, ou os vereadores que tenham competências delegadas na assunção de despesas, a celebrar os contratos necessários ao normal funcionamento dos serviços

inerentes aos seus pelouros até ao limite individual de 5.000€ por contrato, desde que o objeto desse mesmo contrato seja uma das seguintes situações: Equipamento rural e urbano; Energia; Transportes e comunicações; Educação; Património, cultura e ciência; Formação Profissional, Tempos livres e desporto; Saúde; Ação social; Habitação; Proteção civil; Ambiente e saneamento básico; Defesa do consumidor; Promoção do desenvolvimento; Ordenamento do território e urbanismo; Polícia municipal e Cooperação Externa. -----

6 - CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO PARA O ANO ECONÓMICO E CIVIL DE 2016 – RECORDAR DAS REGRAS APLICÁVEIS, DAS METODOLOGIAS A PROSSEGUIR, BEM COMO A PROPOSTA COM A DISTRIBUIÇÃO PELOS DIVERSOS AGENTES E RESPECTIVOS VALORES.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 58/2015, do Chefe da DGM, onde é levantada a constituição dos fundos de maneo para o ano de 2016.-----

A Câmara por unanimidade, delibera: -----

1.º - Registrar que a utilização do Fundo de Maneio deve ser sempre encarada como uma situação excecional, pois diz respeito a utilizações para pequenas aquisições que não seguem os trâmites normais que se devem observar na aquisição de bens/serviços e que devem ser pagos em numerário no ato da compra. -----

2.º - Reforçar O valor máximo atribuído por despesa é de 300€. Para efeito da determinação deste valor, devemos considerar integrada numa mesma despesa, o conjunto de despesas da mesma natureza (com a mesma classificação económica), realizadas com o mesmo fornecedor e num intervalo de 30 dias. -----

3.º – Ao abrigo do disposto no nº 2.3.4.3 do POCAL, aprovado pelo DL 54-A/99, de 22/02, determinar que sejam constituídos fundos de maneo para o ano económico e civil de 2015 nos moldes a seguir propostos: -----

a) - Presidente da Câmara – Dr. João Português -----Total do fundo: € 400

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes: -----

Gasóleo.....	01 02/02 01 02 02	€ 100
Deslocações e Estadas	01 02/02 02 13	€ 150
Outros Serviços	01 02/02 02 25	€ 75
Outros Bens	01 02/02 01 21	€ 75

b) - Vice-Presidente da Câmara – Sr.º Francisco Fitas -----Total do fundo: € 250

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes: -----

Combustíveis – Gasolina	01 02/02 01 02 01	€ 50
Deslocações e Estadas	01 02/02 02 13	€ 50
Comunicações	01 02/02 02 09	€ 25
Outros Bens	01 02/02 01 21	€ 25
Outros Serviços	01 02/02 02 25	€ 50
Transportes	01 02/02 02 10	€ 50

c) - Vereadora Dr.ª Sandra Bráz: -----Total do fundo: € 200

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Combustíveis – Gasolina	01 02/02 01 02 01	€ 50
Deslocações e estadas	01 02/02 02 13	€ 50
Outros Bens	01 02/02 01 21	€ 50

Transportes..... 01 02/02 02 10 € 50

d) - Chefe da Unidade de Administração e Finanças, Dr.^a Carmen Estrela-----

-----Total do fundo € 100

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Combustíveis – Gasolina06/02 01 02 01 € 25

Material de Escritório 06/02 01 08 € 25

Comunicações06/02 02 09 € 15

Outros Bens06/02 01 21 € 10

Deslocações e estadas06/02 02 13 € 25

e) - Chefe da Unidade de Amb. e Ordenamento do Território -Total do fundo € 100

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Combustíveis – Gasolina07/02 01 02 01 € 25

Material de Escritório 07/02 01 08 € 25

Comunicações07/02 02 09 € 15

Outros Bens07/02 01 21 € 10

Deslocações e estadas07/02 02 13 € 25

f) - Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade -----

-----Total do fundo € 100

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Combustíveis – Gasolina08/02 01 02 01 € 25

Material de Escritório 08/02 01 08 € 25

Comunicações08/02 02 09 € 15

Outros Bens08/02 01 21 € 10

Deslocações e estadas08/02 02 13 € 25

g) - Enc. Geral Pessoal Operac. - Parque e Viaturas – Obras Municipais ----- Sr.^o

José Domingos Galinha..... Total do fundo € 200

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Outros Bens 07/02 01 21 € 100

h) - Enc. Pessoal Operac. - Parque e Jardins ----- Sr.^o

Francisco Gonçalves: -----Total do fundo € 50

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Outros Bens07/02 01 21 € 50

i) - Enc. Pessoal Operac. – Higiene e Limpeza ----- Sr.^o

Francisco Cardoso: -----total do fundo € 50

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Outros Bens07/02 01 21 € 50

j) - Piscinas Municipais – Sr.^o Vítor Teixeira: -----Total do fundo € 75

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Outros Bens 08/02 01 21 € 75

SB.
+ 1
l) - Coordenador Técnico – Parque de Máquinas e Viaturas/Refeitório Municipal: -----

Sr.º António José Chaveiro ----- Total do fundo € 700

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes:-----

Aliment. – Gén. p/confeção 07/02 01 06 € 50
Conservação de Bens 07/02 02 03 € 25
Outros Bens 07/02 01 21 €100
Outros Trabalhos Especializados 07/02 02 20 € 150
Outros Serviços 07/02 02 25 € 50
Outros Trabalhos Especializados 07/02 02 20 € 50
Outros materiais - Peças 07/02 01 14 € 225
Outros Serviços 07/02 02 25 € 50

m) – Dr.ª Dulce Lopes – Ação Cultural e Turismo: ----- Total do fundo € 50

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes: -----

Outros Bens 08/02 01 21 € 50

n) – Sr.ª Sofia Mosca – Biblioteca Municipal: ----- Total do fundo € 250

Rubricas que integram o fundo e respetivos montantes: -----

Outros Bens 08/02 01 21 € 250

4.ª) – Dar conhecimento aos detentores dos fundos de maneo das regras aqui enunciadass.....

7 – AS REUNIÕES ORDINÁRIAS DO ÓRGÃO EXECUTIVO MUNICIPAL NO ANO DE 2016
- PROPOSTA COM DATA E HORAS DAS REUNIÕES NO ANO CIVIL DE 2016 –
DELIBERAÇÃO POR PARTE DA CÂMARA AO ABRIGO DO ART.º 40.º N.º 2 DA LEI N.º
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 59/2015, do Chefe da DGM, sobre a necessidade de agendamento das reuniões do órgão colegial executivo para o ano económico e civil de 2016.-----

A Câmara por unanimidade, delibera:-----

Ao abrigo da alínea do n.º 2 do art.º 40.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determinar que no ano civil de 2015 as reuniões de Câmara terão lugar em sintonia com as seguintes regras:-----

a) – As mesmas terão lugar no **Salão Nobre** do Edifício dos Paços do Município;-----

b) – O horário das reuniões é estabelecido para as **09h 30 m** do dia agendado;-----

c) – As reuniões realizar-se-ão com **uma periodicidade quinzenal**, sendo a quarta-feira do dia da semana em que as mesmas ocorrerão, com a seguinte calendarização:-----

c.1) **janeiro** : 06 e 20; **fevereiro**: 03 e 17; **março**: 02, 16 e 30; **abril**: 13 e 27; **maio**: 11 e 25; **junho**: 08 e 22; **julho**: 06 e 20; **agosto**: 03, 17 e 31; **setembro**: 14 e 28; **outubro**: 12 e 26; **novembro**: 09 e 23; **dezembro**: 07 e 21.-----

d) – Ao abrigo do art.º 49.º n.º 2 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a última reunião de cada mês é pública, existindo nelas um período para intervenção e esclarecimento do público com o limite máximo de 60 minutos;-----

e) – A presente deliberação deve ser publicitada por edital e deve constar em permanência no sítio da internet do Município de Cuba.-----

8 – POSIÇÃO DA IGF - INSPEÇÃO GERAL DE FINANÇAS SOBRE O FUNCIONAMENTO DA ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA, ENTIDADE QUE É AGREGADA PELA EMPRESA MUNICIPAL CENTRO DE ESTUDOS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DIOGO DIAS MELGAZ, UNIPESSOAL, LDA.-----

Foi presente à Câmara missiva remetida pela IGF onde é abordada a legitimidade de funcionamento da empresa municipal Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda.-----

A Câmara por unanimidade, delibera:-----

1.º - Tomar conhecimento da posição final da IGF sobre a legitimidade de funcionamento da empresa municipal que congrega a escola Profissional de Cuba, onde aquela entidade refere o seguinte, e passa a transcrever-se:-----

“ 16 - Da análise efetuada à situação da Empresa Local Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda. face ao disposto no art.º 62.º do RJAEI, alterado pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, conclui-se o seguinte: -----

16.1 – A atividade principal, da empresa é o ensino e a formação profissional, pelo que, por força do n.º 14, do art.º 62.º, do RJAEI, não lhe é aplicável a situação de dissolução obrigatória prevista na alínea a), do n.º 1, daquele normativo legal; -----

16.2 – Nos últimos quatro triénios (isto é, 2009-2011, 2010-2012, 2011-2013, 2012-2014) a empresa não se enquadra em qualquer das situações de dissolução obrigatória previstas nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 do mesmo normativo legal.”-----

9 – PEDRO JORGE MACHADO SANTOS – PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA COM ESPLANADA – PASTELARIA “EL DORADO”. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 245, de 30/11/2015 do Serviço de Urbanismo sobre a viabilidade da pretensão enunciada no assunto.-----

A Câmara, por unanimidade, delibera ao abrigo do n.º 1 do art.º 10.º do Dec. Lei n.º 48/2011, de 01 de abril, legitimar a pretensão do requerente desde que a instalação do guarda-vento invocado obedeça às condições e restrições impostas pelo art.º 9.º do diploma em cima mencionado, isto é, não poderá exceder 2 metros de altura contados a partir do solo, nem 3,50 metros de avanço a contar da fachada, sem possibilidade de exceder os limites da fachada do estabelecimento.-----

10 – ALTERAÇÃO N.º 13 AO ORÇAMENTO E GOP’S DE 2015.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 100/2015 da autoria dos Serviços Financeiros, neste caso da Chefe da Unidade de Finanças, Carmen Estrela em que vem apresentar os argumentos e a necessidade de se efetuar a 13.ª alteração ao Orçamento e às GOP’S que em baixo se transcrevem:-----

Fundamentação:” Alteração nº 13 ao Orçamento e GOP’S 2015” Enquadramento Legal: A modificação ao orçamento e às GOP’S, enquadra-se dentro do enumerado no ponto 8.3.1.5 (notas sobre o processo orçamental e respetiva execução do Dec. Lei nº54-A/ 99.-----

Na alteração n.º13 ao orçamento e GOP’S, as modificações no orçamento da despesa ocorreram para fazer face a reforços relacionados com conservação de bens, serviços bancários, material de escritório, caixa geral de aposentações, matérias-primas e subsidiárias, gasóleo, outros combustíveis, limpeza e higiene, alimentação – géneros para confeccionar, material de transporte-peças, outro material – peças, encargos das instalações, conservação de bens, quotizações e aquisição de bens diversos. A nível das

despesas com o pessoal verificaram-se alguns ajustamentos, nomeadamente no que diz respeito a encargos com a saúde, subsídio familiar a crianças e jovens, encargos com a saúde, e trabalho extraordinário, remuneração por doença. -----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos:-----

Não se verificaram reforços. -----

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificação (reforços) nos seguintes projetos:

02 211 2004/5015 - O reforço ocorreu para fazer face a compromissos relacionados com as transferências para a Agrupamento de Escolas de Cuba; -----

02 251 2002/5031 ação 1 - O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com a atividade; -----

04 410 2002/5055 - O reforço ocorreu para fazer face a despesa a amortização excepcional de empréstimos; -----

04 420 2002/5058 - O reforço ocorreu para fazer face a transferências para as freguesias relacionadas com o recenseamento. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, delibera aprovar a referida alteração. -----

11 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ANO LETIVO 2014/2015 – ANULAÇÃO DE AUXÍLIO ECONÓMICO PARA LIVROS/MATERIAIS ESCOLARES.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 38/2015, do Serviço de Ação Educativa, da autoria da Dr.ª Cristina Candeias, cujo teor em baixo se transcreve:-----

Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar:-----

No âmbito das competências que são cometidas à Câmara Municipal pela alínea hh) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o órgão executivo deliberou em matéria de Ação Social Escolar - Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico no que respeita a alimentação e atribuição de auxílios económicos a estudantes – Ano letivo 2014/2015.-----

Em reunião de Câmara de 17/09/2014 foram atribuídos os apoios solicitados para cantina e auxílios económicos para livros/materiais escolares no valor de 50€ ao aluno: Gonçalo Nuno Pires da Silva Correia (Encarregada de Educação: Maria João Pires Penas).-----

Foi dado conhecimento à Encarregada de Educação que a Câmara Municipal suportaria 100% dos encargos decorrentes da utilização da cantina escolar e atribuía um subsídio no valor de 50€ para livros/materiais escolares para o seu educando, Gonçalo Nuno Pires da Silva Correia, para o ano letivo de 2014/2015.-----

Mais se informou que, a atribuição deste subsídio para a aquisição dos manuais e/ou materiais escolares era concretizada na compra daquele material pelo Encarregado de Educação, pelo que deveria apresentar, no Serviço de Educação da Câmara Municipal de Cuba, a respetiva fatura/recibo, passado em seu próprio nome.-----

A Encarregada de educação optou apenas por usufruir do apoio em refeição, informando que não pretendia apresentar fatura para usufruir do apoio para os livros/materiais escolares.-----

Face ao exposto, deverá a Câmara tomar conhecimento e deliberar no sentido da anulação deste auxílio económico para livros/materiais escolares.-----

SB.
H.
M.
L.
P.
R.

A Câmara, por unanimidade, delibera tomar conhecimento e determinar que se proceda à anulação do auxílio económico para livros e matérias escolares anteriormente concedido.-----

12 - ANULAÇÃO DE EMISSÃO DE RECEITA DE ÁGUAS EM DUPLICADO REFERENTE AO ANO DE 2014.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 99/2015 dos Serviços Financeiros, da autoria da Assistente Técnica Maria Emilia Caixeiro, cujo teor se transcreve:-----

Solicita-se a V. Exa.s autorização para anulação de receita eventual referente ao processamento das águas de agosto e novembro de 2014 emitida em duplicado nos Serviços Financeiros pelas razões que passo a expor:-----

- Situação 1- Com a entrada do novo sistema de pagamento de água (SEPA), o ficheiro dos bancos referente ao processamento de agosto/2014 foi enviado através da aplicação, contudo foi-nos o mesmo devolvido com faltas de pagamento que por norma não eram usuais. Para solucionar este problema os pagamentos foram feitos no balcão da Caixa de Crédito de Agrícola de Cuba no dia 01/10/2014 quando já se encontravam fora do prazo limite para pagamento destas faturas sem juros, tendo por lapso existido nova emissão de receita nos Serviços Financeiros;-----

- Situação 2 - Processamento de novembro/2014 – O sistema de pagamentos por multibanco (SIBS) possui uma plataforma que disponibiliza, através de ficheiros para download, informação referente aos pagamentos efetuados, esta plataforma mantém um histórico de apenas 7 dias pelo que se durante esse período os ficheiros não forem recolhidos deixarão de ser disponibilizados para consulta. O que se passou no final do ano de 2014 foi que durante mais de uma semana não foi efetuada qualquer transferência de ficheiros de retorno levando a que os ficheiros com mais de 7 dias deixassem de estar disponíveis, tendo mais uma vez existido nova emissão de receita nos Serviços Financeiros.-----

Uma vez que se trata de emissão de receita do ano de 2014 e a mesma se encontrou refletida na Prestação de Contas no saldo em dívida terá a Câmara que autorizar a referida anulação. Anexo cópias dos respetivos ficheiros com os montantes a anular.

A Câmara, por unanimidade, delibera proceder à anulação da receita nos moldes propostos na Informação Técnica.-----

13 – DANIELA FILIPA FALEIRO DOS SANTOS – REALIZAÇÃO DE FESTA DOS FINALISTAS DA ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA – EMISSÃO DE LICENÇA DE RUÍDO.-----

Foi presente à Câmara requerimento apresentado pela munícipe Daniela Filipa Faleiro dos Santos com a pretensão de realizar uma festa de finalistas dos alunos da Escola Profissional de Cuba, no dia 07 de dezembro entre as 23h00m e as 04h. -----

Por não ter sido possível reunir a câmara em tempo útil o Sr. Presidente da Câmara proferiu despacho de deferimento que agora precisa ser ratificado. -----

Nestes termos, a Câmara, por unanimidade, e de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, delibera ratificar o despacho do Presidente da Câmara que deferiu a emissão da licença de ruído para o evento, assim como a isenção das respetivas taxas.-----

14 – SPORTING CLUBE DE CUBA – REALIZAÇÃO DE BAILE NA CASA DO POVO NO DIA 12 DE DEZEMBRO – EMISSÃO DE LICENÇA DE RUÍDO E RESPETIVA ISENÇÃO DE

TAXAS.

Foi presente à Câmara requerimento apresentado Sporting Clube com a pretensão de realizar um baile na Casa do Povo, no dia 12 de dezembro entre as 22h00m e as 62h, visando a angariação de fundos para a realização das atividades do Clube. No requerimento é solicitado a emissão da licença de ruído assim como a isenção da respetiva isenção.

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 235/2015, da Subunidade Administrativa, delibera emitir a licença especial de ruído até às 4,00h, de acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17/01, na redação que lhe foi conferida pelo Dec-Lei n.º 278/2007, de 01/08.

Mais delibera a Câmara informar que o deferimento da presente pretensão não exonera o requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município.

15 – LUIS MIGUEL ALVES SILVA – ATRIBUIÇÃO DE NUMERAÇÃO DE NÚMERO POLICIAL.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 248/2015, dos Serviços de Urbanismo, da autoria do Fiscal Municipal Sr.º António Gatinho, cujo teor se transcreve:

Sendo requerida a atribuição de numeração policial e designação de toponímia ao lote 7 do loteamento das Courelas da Igreja, propriedade do requerente, verificou-se no local que o mesmo se situa no arruamento recentemente designado como “Rua José Jacinto Carrasco” pelo que, dado que em todo o arruamento não existe qualquer numeração policial atribuída, torna-se necessária a atribuição de numeração policial em conformidade com as regras estabelecidas no artigo 10.º do regulamento Municipal de toponímia e numeração policial de edifícios, reservando-se desde logo para os lotes a construir os correspondentes números de acordo com a alínea b) do artigo 11.º do referido regulamento.

De acordo com planta de localização anexa e a nova numeração a atribuir, **ao lote n.º 7 do loteamento das Courelas da Igreja deverá ser atribuído o n.º 9 de polícia, da Rua José Jacinto Carrasco**, sendo que aos restantes seis lotes também propriedade do requerente e ainda não construídos deverá ser reservada a numeração policial de acordo com a seguinte correspondência:

Loteamento Courelas da Igreja – Luís Miguel Alves Silva

Lote 1 – n.º 20; Lote 2 – n.º 18; Lote 3 – n.º 16; Lote 4 – n.º 14 ; Lote 5 – n.º 12 ; Lote 6 – n.º 10; Lote 7 – n.º 9

Estando implícita a atribuição de numeração a todo arruamento, de acordo com a planta de localização anexa, poderá a Câmara Municipal deliberar nesse sentido ao abrigo do disposto na alínea tt) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, reservando-se igualmente a numeração para os lotes propriedade da empresa “Manzaca e Moreira, Lda”, para as futuras construções a edificar nos mesmos.

Em qualquer caso no que à pretensão do requerente diz respeito, poderá desde já ser atribuída a nova numeração de acordo com a correspondência referida.

A Câmara, por unanimidade, delibera atribuir a numeração ao arruamento em conformidade com a Informação dos Serviços de Urbanismo.

16. INFORMAÇÃO ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 101/2015, do SEFIN, retratando, de acordo com o estipulado na alínea c) do nº2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 setembro, a situação financeira do município, da seguinte forma: -----

Execução Orçamental: -----

- O total das Disponibilidades (Valores em numerário e depósitos em bancos) é de €513.322,08 à data de 30/11/2015; -----
- Os pagamentos efetuados à data de 30/11/2015 possuem o valor de € 3.739.964,74 para Despesas Correntes e € 1.028.150,27 para Despesas de Capital. A despesa apresenta um grau de execução de 86,84% no que diz respeito a despesa corrente e 55,17% a despesa de capital; -----
- As receitas cobradas pelo Município à data de 30/11/2015 ascendem a €3.715.189,67 no que diz respeito à receita corrente, €1.222.172,58 receita de capital. A receita apresenta um grau de execução de 86,49% relativamente à receita corrente e 75,10% à receita de capital. Encontra-se por cobrar €175.031,89; -----
- O saldo de execução orçamental à data de 30/11/2015 é de € 466.811,54; -----
- A cabimentação atingiu à data 97,30 % no que diz respeito a despesa corrente e 99,10%, no que diz respeito à despesa de capital; -----
- Os compromissos assumidos no exercício em despesa corrente situam-se em € 4.155.904,59 em despesa de capital €1.802.185,33 e representam relativamente ao orçamento corrigido 96,50% e 96,70% respectivamente. No que diz respeito aos compromissos não pagos, ascendem a €1.189.974,91 sendo: -----
€ 415.939,85 - Despesa corrente -----
€ 774.035,06 - Despesa capital -----

Os compromissos assumidos relativamente a exercícios futuros ascendem à data a €1.840.426,68; -----

A faturação comunicada, não paga (dívida) à data de 30/11/2015 ascende a €113.112,42, sendo: -----

Despesa corrente : € 80.306,17 -----

Despesa capital : € 32.806,25 -----

Limites ao Endividamento: -----

De acordo com o estipulado na alínea b) do nº3 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 de setembro: -----

“A dívida total das operações orçamentais do município e das entidades previstas no artigo 54º, da lei nº73/2013, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”. ---
A dívida total das operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no nº1 do artigo 49º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. -----

Limite da dívida total para 2015: € 6.086.315,54 -----

Situação do Município (de forma isolada) em 01-01- 2015 :€ 2.644.520,00 -----

Situação do Município + SM+AM+SEL em 01-01- 2015: € 2.691.243,00 -----

Situação do Município (de forma isolada) em 30-11- 2015 2.693.977,98 -----

Situação do Município + SM+AM+SEL em 30-11-2015: € 2.747.115,78 -----

O montante da dívida das associações de municípios e da empresa municipal, que contribuem para o cálculo da dívida do Município, são: -----

AMBAAL (participação de 3,41%):€20.247,87; -----
AMCAL (participação de 22,05%): €25.940,53; -----
AMGAP :€ 0,00; -----
ANMP:€ 407,48; -----

CIMBAL (participação de 3,91%): € 6.541,92; -----
Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal (participação de 100%): € 0,00; -----

Verifica-se que o Município se encontra em situação de incumprimento, no que diz respeito à dívida total, quer considerando a dívida do município de forma isolada ou conjunta. Em relação à dívida conjunta foi tido em consideração os montantes à data 30-09-2015. Embora se verifique uma situação de incumprimento, há que referir que a dívida referente ao empréstimo de curto prazo será amortizada até final do ano. -----

Pagamentos em atraso: -----
De acordo com o estipulado, na Lei nº 8/2012, “a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.” -----
No que diz respeito ao período em análise, não possui o Município pagamentos considerados em atraso. -----

Fundos Disponíveis: -----
Os Fundos disponíveis do mês de Novembro foram de: € 225.040,03, tendo sido absorvidos até final do mês € 195.546,32. -----

Equilíbrio Orçamental: -----
De acordo com o enumerado no n.º2 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais, o equilíbrio orçamental é apurado da seguinte forma: -----

“A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de M/L prazo”. -----
No que diz respeito ao período em análise, o município encontra-se numa situação de desequilíbrio: -----

Receita corrente bruta: € 3.715.189,67 -----

Amortização média anual: € 266.828,67 -----

Despesa corrente paga: € 3.739.964,74 -----

Receita corrente bruta » Despesa corrente + Amortizações médias de empréstimos. ----

Comparativamente com o período homólogo do ano anterior a análise é a seguinte: ---

A nível das receitas: -----

Comparativamente com o mesmo período do ano anterior, verifica-se maior receita arrecadada a nível dos impostos diretos e nas receitas próprias. Os aumentos verificados nos impostos prendem-se com um acréscimo do Imposto Municipal sobre transmissão onerosa imóveis e derrama e na receita própria os aumentos estão relacionados com a venda de bens. No que diz respeito a Passivos financeiros no ano de 2014 não existiram entradas de verbas. -----

Verifica-se um ligeiro decréscimo de receita nas taxas e nos rendimentos de propriedade e um acréscimo na venda de bens e de serviços e nas outras receitas correntes e de capital. O acréscimo na venda de bens e serviços está relacionado com a receita da venda de água, serviços desportivos e trabalho por conta de particulares, o aumento das outras receitas correntes deveu-se a um reembolso pago pelo seguro; ----

A nível da despesa: -----

Comparativamente com o mesmo período do ano anterior, verifica-se maior despesa paga em 2015 a nível das despesas com o pessoal, aquisição de bens e de serviços e aquisição de bens de capital. -----

SR.
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

A nível das despesas com o pessoal pagas, verifica-se um acréscimo nas remunerações certas e permanentes cerca de € 8.086,29 em valor absoluto, devendo-se essencialmente às avenças que comparativamente com o ano anterior se encontravam classificadas no capítulo 02 da despesa, o crescimento da segurança social na ordem de €18.320,24 está relacionado com o acréscimos na segurança social e outras pensões; -----

Verifica-se um acréscimo, relativamente ao período homólogo do ano anterior na despesa paga com a aquisição de bens e de serviços. A nível dos bens o acréscimo está relacionado com combustíveis, material de escritório, material de transporte- peças e materiais diversos. A nível dos serviços, o acréscimo está relacionado com electricidade, locações, transportes, seguros e formação. -----

Do atrás exposto conclui-se: -----

- 1- A cabimentação à data está com uma elevada execução; -----
- 2- O município encontra-se à data numa situação de incumprimento, no que diz respeito à dívida total. Esta situação acontece devido essencialmente à utilização da totalidade do empréstimo de curto prazo (€ 175.000,00) que terá que ser amortizado até 31-12-2015; -----
- 3- Não existem pagamentos em atraso; -----
- 4- No que diz respeito à regra do equilíbrio orçamental o Município está em incumprimento, e caso se mantenha em 31-12-2015, o valor negativo terá que ser inferior a 5% das receitas correntes e é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte. À data o desequilíbrio é de € 291.603,74. -----

Salvo melhor opinião, devem ser adoptadas medidas corretivas no curto prazo de forma a evitar penalizações pelo não cumprimento da regra de equilíbrio orçamental e da redução do endividamento municipal, via amortização excepcional de empréstimos, (pelo aumento da receita anual do FEF, IRS, FSM e IMI). O montante a amortizar excepcional via IMI é de € 16.010,57 e o montante a amortizar via FEF é de € 112.907,00. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

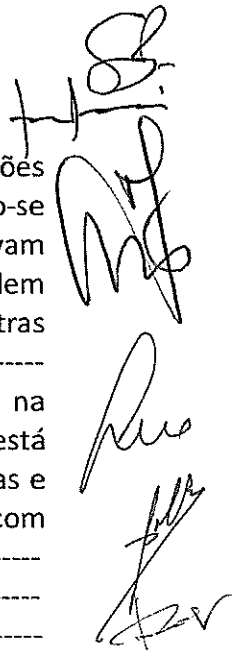
17. COMISSÃO DE FESTAS DA FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE CUBA. PEDIDO DE CEDÊNCIA, A TÍTULO GRATUITO, DO BAR DO CENTRO CULTURAL DE CUBA PARA EXPLORAÇÃO. -----

Solicita a Comissão de Festas da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Cuba a cedência, a título gratuito, do Bar do Centro Cultural de Cuba, para exploração no âmbito da realização da Festa de Natal da Fabriketa Musical da Escola de Música de Cuba que terá lugar no próximo dia 20 de dezembro. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação nº 238/2015 da Subunidade Administrativa, delibera ceder à Comissão de Festas da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Cuba o Bar do Centro Cultural de Cuba, a título gratuito, para o fim pretendido. -----

18. FLORINDA DA GLÓRIA DE CARVALHO FIALHO ILDEFONSO. PEDIDO DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE LOJA NO MERCADO MUNICIPAL. -----

Solicita a Sr.ª Florinda da Glória de Carvalho Fialho Ildefonso, a formalização do contrato de arrendamento da loja do Mercado Municipal, com acesso pela Praça da



República, cujo pedido de ocupação já havia sido feito em 2 de maio de 2014, tendo o mesmo ficado condicionado à caducidade do contrato da Meritoland, que ocupava esse espaço. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 237/2015, da Subunidade Administrativa, e no preceituado na alínea d) do art.º 11.º do Regulamento do Mercado Municipal delibera atribuir a ocupação de forma direta e, consequentemente, formalizar o contrato de arrendamento. -----

19. OPWAY. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO, EM VIRTUDE DA SUBSTITUIÇÃO DAS TRAVESSAS DE MADEIRA POR TRAVESSAS DE BETÃO E DE CARRIS E CONSTITUIÇÃO DE BARRAS LONGAS SOLDADAS NAS ESTAÇÕES DE VILA NOVA DA BARONIA E DE CUBA. -----

Solicita o requerente isenção do pagamento de taxas de licença de Especial de Ruído, relativamente à obra que pretende levar a efeito na estação de caminhos-de-ferro de Cuba, que terá a duração de aproximadamente 1 mês. -----

De acordo com o previsto no ponto 7.B do art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de janeiro, não carecem de licença especial de ruído “ *as actividade de conservação e manutenção ferroviárias, salvo se as referidas operações forem executadas durante mais de 10 dias na proximidade do mesmo receptor*”, sendo que, no caso concreto, a empreitada ultrapassa o prazo previsto no diploma.

A Câmara, por unanimidade, delibera isentar de licença de ruído durante o prazo de dez dias previsto na legislação acima referida, e cobrar o restante período considerado na calendarização da obra. -----

20. MARIA CRISTINA PIRES. PEDIDO DE CERTIDÃO NOS TERMOS DO AUGI. -----

Solicita a Sr.ª Maria Cristina Pires, para efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, na radacção actual, a emissão de uma certidão comprovativa de que a Câmara não se opõe ao aumento do número de compartes, relativamente ao prédio misto sito no local denominado “Vargo”, inscrito na matriz predial sob o art.º 3, secção J, pertencente à freguesia de Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação do Gabinete técnico, delibera emitir a certidão nos termos requeridos. -----

21. CÁTIA LUCAS. EXPOSIÇÃO SOBRE AS DEFICIENTES CONDIÇÕES EM QUE RESIDE. PEDIDO DE HABITAÇÃO SOCIAL DE MAIOR DIMENSÃO. -----

Foi presente à Câmara, uma carta, endereçada pela Sr.ª Cátia Sofia Leão Lucas, na qual é feita uma exposição sobre as deficientes condições de espaço, atendendo à composição do agregado familiar e de salubridade da habitação em que reside, devido a problemas de humidade. -----

Na mesma carta solicita a possibilidade de lhe ser disponibilizada uma casa de maior dimensão e com outras condições, bem como pede que, do conteúdo da mesma seja dado conhecimento à Câmara e à Assembleia Municipal. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

22. ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA CANDIDATURAS A APOIOS SOCIAIS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 78/2015, do Serviço de Ação Social e Saúde, acompanhando uma proposta de abertura de inscrições de candidaturas aos apoios

sociais, cujo período deve decorrer entre 14 de dezembro de 2015 a 15 de janeiro de 2016 para que os utentes apoiados possam usufruir destes apoios o máximo de tempo possível. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na referida informação, atendendo a que tem como um dos seus objectivos dignificar e melhorar as condições de vida dos residentes no Concelho com necessidades económicas, através da atribuição de vantagens e benefícios em diversos serviços, delibera determinar que a abertura de inscrições para as candidaturas a Apoios Sociais tenha início no dia 14 do corrente mês de dezembro e se prolongue até 15 de janeiro de 2016. -----

23. CANDIDATURA AO CEI+ – CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO +. -----

Foi presente à Câmara informação n.º 80/2015, do Serviço de Ação Social e Saúde relativa a uma proposta de submissão de uma candidatura ao Programa CEI+ (Emprego Inserção +) para desempregados a receber RSI (rendimento social de inserção) com a duração de 12 meses, com os seguintes custos a cargo da entidade promotora, para iniciar a 01-01-2016. -----

Ano 2016 -----

Bolsa mensal (Art.º 13, n.º 1, Portaria nº.20-B/2014) – 83.84 € x 7 pessoas x 12 meses: 7 042.56 €; -----

Subsídio de refeição: (4.27€ x 7 pessoas x 21 dias x 12 meses = 7532.28 €): 7 532.28 €;

Previsão do valor de acidentes pessoais (previsão 7 x 125,00 €): 875.00 €; -----

Despesa prevista para o projeto em 2016 encargo do Município: 15 449.84 € -----

O IEFP comparticipará o referido projeto em (335,38 € x 7 trab. x 12 meses) 28 71.92 €

Assim, a candidatura importará numa despesa total no ano de 2016: 43 621.76 € -----

A Câmara, por unanimidade, com base na referida informação, delibera que seja submetida a referida candidatura comparticipando nos custos inerentes à mesma. -----

24. CANDIDATURA AO CEI – CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO. -----

Foi presente à Câmara informação n.º 79/2015, do Serviço de Ação Social e Saúde relativa a uma proposta de submissão de uma candidatura ao Programa CEI – Emprego Inserção com a duração de 12 meses, com os seguintes custos a cargo da entidade promotora, para iniciar a 01-01-2016. -----

Ano 2016 -----

Bolsa mensal (Art.º 13, n.º.1, Portaria nº.20-B/2014) – (83.84 € x 3 pessoas x 12 meses): 3018.24 €; -----

Subsídio de refeição: (4.27€ x 3 pessoas x 21 dias x 12 meses = 3228.12 €): 3228.12 €;

Previsão do valor de acidentes pessoais (previsão 3 x 125,00 €): 375.00 €; -----

Despesa total prevista em 2016: 6 621.36 € -----

A Câmara, por unanimidade, com base na referida informação, delibera que seja submetida a referida candidatura comparticipando nos custos inerentes à mesma. -----

25. ASSOCIAÇÃO “GRUPO CORAL BAFOS DE BACO”. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Vem a Associação Bafos de Baco solicitar a emissão de licença especial de ruído para a festa de 1.º Aniversário do Grupo, que irá decorrer no Centro Cultural de Cuba no próximo dia 11 de dezembro de 2015, bem como a isenção do pagamento das taxas devidas com a emissão da licença. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera emitir a licença especial de ruído, até às 2 (duas) horas, de acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17/01, na redação que lhe foi conferida pelo Dec-Lei n.º 278/2007, de 01/08. -----

Mais delibera a Câmara, de acordo com a alínea a) n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, isentar do pagamento das taxas com a emissão da licença, sendo de € 16,79, o valor sobre o qual incide o pedido de isenção. -----

Delibera ainda informar que o deferimento da presente pretensão não exonera a requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

26. VERA CRISTINA BONITO BEIÇUDO – PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----

Solicita a Sr.ª Vera Cristina Bonito Beiçudo, licença especial de ruído das 21 horas de dia 19 de dezembro de 2015, para realização de um espetáculo de música ao vivo na Adega do Arrufa, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera conceder a licença especial de ruído, até às 4,00 horas, devendo a requerente tomar as medidas necessárias para a prevenção e redução do ruído. -----

Mais delibera a Câmara, também por unanimidade, informar que o deferimento da presente pretensão não exonera a requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

27. DIOGO JOAQUIM BENTO PORTA NOVA. PROCESSO N.º 24/2015. -----

CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. COURELAS DA IGREJA, LOTE 11, EM CUBA.

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, delibera aprovar o projeto de arquitetura, devendo o requerente apresentar, no prazo de 6 meses, a contar da data da notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes na referida informação. -----

28. MÁXIMO JOSÉ BENTO PORTA NOVA. PROCESSO N.º 25/2015. -----

CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. COURELAS DA IGREJA, LOTE 10, EM CUBA.

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, delibera aprovar o projeto de arquitetura, devendo o requerente apresentar, no prazo de 6 meses, a contar da data da notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes na referida informação. -----

DELIBERAÇÃO FINAL SOBRE O PEDIDO DE LICENCIAMENTO. -----

29. MANUEL MATOS ANTÃO – SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURA EM PRÉDIO SITO NA RUA DO PAÇO N.º 1, EM CUBA. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, delibera aprovar o licenciamento fixando em 2 meses, o prazo para conclusão dos trabalhos de acordo

com a calendarização apresentada. -----

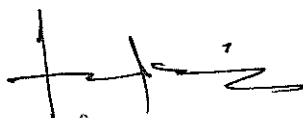
Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12,30 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,



O Coordenador técnico,

